



CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA QUEER PARA POLÍTICAS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marcelo Villela Petersen¹
Juliana Fonseca de Oliveira Neri²

RESUMO: O presente trabalho é parte de um mestrado profissional em desenvolvimento que analisa limites das políticas curriculares para a efetivação da educação em direitos humanos e da educação sexual emancipatória, propondo possibilidades da pedagogia queer para contribuir na reversão desse cenário. Utiliza parte da revisão de literatura narrativa (Rother, 2007) de abordagem qualitativa (Chizzotti, 2014) com o objetivo de apresentar as contribuições da pedagogia queer resultantes de uma revisão de literatura. Discute limitações da abordagem de questões de gênero e sexualidade no ensino fundamental, mas sinaliza possibilidades e alternativas reunidas no estudo do material coletado na revisão de literatura. Aponta que a formação de professores para a diversidade é, junto com os avanços na legislação, um potente instrumento que pode ser utilizado para mudança da realidade violenta vivida pela população LGBTQIA+.

Palavras-Chaves: Currículo; Políticas Públicas; Pedagogia Queer; Educação Sexual; Educação em Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

As pessoas LGBTQIA+ sofrem preconceitos no espaço escolar que são reflexos do crescimento das violências contra homossexuais e bissexuais registrados no Atlas da violência de 2021 (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p.62). A educação em direitos humanos fundamentada no princípio do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades (BRASIL, 2012) reafirma o dever da escola respeitar a todos. Apesar do silêncio da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) e do Currículo Paulista (2018) sobre questões de gênero e educação sexual nos anos finais do ensino fundamental, é possível construir práticas emancipatórias, conforme demonstram os estudos coletados na revisão de literatura, parte de uma pesquisa de mestrado profissional em andamento.

A formação inicial falha no preparo dos docentes para lidarem com a diversidade sexual dos estudantes, o que a torna negligenciada e carente de abordagem no currículo. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019), menciona a diversidade humana, mas não cita relações de gênero e educação sexual, o que demonstra o processo de silenciamento ao qual a população LGBTQIA+ é sujeitada.

O presente trabalho analisa limites das políticas curriculares para a efetivação da educação em direitos humanos e da educação sexual emancipatória e propõe possibilidades da pedagogia queer para contribuir para reverter esse cenário. Para uma breve análise sobre os

¹ Graduação em Letras, Mestrando na Unimes. E-mail: mpetersen@educacaopg.sp.gov.br

² Doutora em Educação: Currículo (PUC-SP), Professora na Unimes. E-mail: juliana.neri@unimes.br



avanços da ciência nesse sentido, foi realizada uma revisão de literatura narrativa (ROTHIER, 2007) de abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2014), cerne desse resumo expandido. O objetivo desse trabalho é apresentar as contribuições da pedagogia queer resultantes de uma revisão de literatura realizada no Portal de periódicos da Capes e no Google Acadêmico com trabalhos publicados entre os anos 2001 e 2023.

METODOLOGIA

A revisão de literatura sobre Pedagogia Queer foi realizada a partir do levantamento de trabalhos publicados em revistas científicas, com revisão por pares, de Qualis A1 a B5, nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e Google Acadêmico. Para tal, utilizou-se o termo “pedagogia queer”, sem qualquer restrição de data, haja vista a escassez de trabalhos acerca do tema. Foram apreciados aqueles escritos nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Na primeira base, houve 35 resultados e, na segunda, 32.

Dentre os 57, selecionaram-se estudos que fazem relação entre Pedagogia Queer e Educação Básica, especialmente a segunda etapa do Ensino Fundamental, ou ainda entre Pedagogia Queer e currículo, assim como revisões de literatura. Eliminaram-se as resenhas de livros e os textos que versavam sobre o ensino superior. Observou-se, a partir de 2017, um aumento do número de estudos publicados, que sinaliza a resistência acadêmica na luta pela visibilidade do tema, não obstante as pressões do segmento conservador da sociedade. Contudo, apenas 6 versam sobre a necessidade de se atualizar currículo sem, no entanto, tecer proposituras concretas que visem essas mudanças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As publicações analisadas, em sua maioria, trazem a evolução da Pedagogia Queer, desde os fundamentos da Pedagogia Queer proposta por Deborah Britzman (1995), até as abordagens brasileiras propostas por Guacira Lopes Louro (2001). Em sua maioria, os artigos versam sobre a Pedagogia Queer como medida emancipatória, de reconhecimento das minorias sexuais, que “estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores.” (LOURO, 2001, p. 542). Há grande intervalo de anos sem publicações relevantes. Tal não causa estranhamento, pois há resistência do debate do assunto por parte da sociedade, que alega a existência de “doutrinação ideológica”. Diversos estudos, como os de CÉSAR (2010) e RODRIGUES (2010), discorrem sobre as possibilidades de uma



educação a partir da diferença e da pedagogia queer. LOURO (2012, p. 367) pensa que, “(...) o queer entraria no currículo (...) para provocar mudanças mais radicais no modo de conceber o conhecimento”. O silenciamento demonstra retrocesso, já que o Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014) menciona o respeito aos direitos humanos e diversidade, embora não enfatize textualmente questões de gênero e educação sexual.

A BNCC, contemporânea ao PNE, trazia, até sua segunda versão, princípios que davam aos sujeitos da Educação Básica direito “ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação (...)” (BRASIL, 2016, p. 34). O texto mencionava expressões como “gênero”, “orientação sexual” e “homofobia” como temas a serem abordados nas aulas. Na terceira versão do documento houve supressão dessas expressões, como se esses assuntos fossem proibidos no espaço escolar. Restou uma única habilidade, que menciona “múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” (BRASIL, 2018, p. 349).

O Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019, p. 290) replicou, com poucas alterações, a habilidade correspondente da BNCC. Percebe-se que o documento estadual utilizou-se de eufemismos para relegar as expressões “gênero”, “identidade sexual” e “orientação sexual”, substituindo-as por “dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e éticas”, de cunho eminentemente subjetivo. Não há menção em outras disciplinas que não em Ciências, ainda que de forma transversal.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são mais favoráveis e servem apenas para subsidiar a prática docente. Não tem aplicação obrigatória, mas oferecem sugestões e orientações de como esses temas podem ser abordados, respeitando a faixa etária do aluno. O documento destaca a importância de a escola tratar a sexualidade como algo fundamental nas vidas das pessoas, sem substituir as famílias, promovendo discussões e reflexões para mitigar preconceitos e discriminações. O texto sugere que o docente ultrapasse a perspectiva biológica da sexualidade humana e seja vista como um aspecto natural e inerente ao ser humano, como reafirmado por CAVALCANTE e SILVA (2014). O volume 10.5 do documento trata do Tema Transversal – Orientação Sexual, e potencializa o caráter progressista do documento. Ele reforça a necessidade de formação específica para que o professor possa tratar do assunto com qualidade e propriedade, o que também é sugerido, por exemplo por SILVA e ALVES (2020).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a temática da diversidade sexual enfrenta desafios no contexto educacional. Os documentos oficiais apresentam limitações sobre identidade e orientação sexual, o que reflete a resistência e oposição de parte da sociedade, levando à escassez de estudos, principalmente em relação ao currículo.

É mais que necessária educação que acolha a diversidade. Por isso, aliada aos avanços na legislação, a formação de professores é fator primordial para a mudança de cenário, para que haja integração do tema na formação inicial e continuada, e, conseqüentemente, maior ênfase no currículo dos anos finais do ensino fundamental de modo a contribuir com mudança de mentalidades que mitiguem as violências contra a população LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – 2ª versão revista.** Brasília: 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNC-Formação.** Brasília: 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> . Acesso em 04 nov. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf> . Acesso em 01 nov. 2023.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/introducao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual.** Brasília: 1997a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BRITZMAN, D. P. Is there a queer pedagogy? Or, stop reading straight. **Educational theory.** v. 45, n.2, p. 151-165.



CAVALCANTE, F. B. S.; SILVA, M. M. Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. **Periódicus**. v. 1, n. 2, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12876>. Acesso em: 01 nov. 2023

CERQUEIRA, D, et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: atlas-violencia-2021-v7.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em: 02 nov.2023.

CESAR, M. R. A. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **ETD – Educação Temática Digital**. v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/850>. Acesso em: 03 nov. 2023

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 363-369, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/87/52>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LOURO, G. L. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012/8865>. Acesso em: 05 nov. 2023.

RODRIGUES, G. A. Pedagogias queer e libertária para uma educação em cultura visual. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 735-745. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28259/30096>. Acesso em: 03 nov. 2023.

ROTHER, E. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. **Acta paul. enferm.** 20 (2), 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/#>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Currículo Paulista**. São Paulo: 2018. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/Curriculo_Paulista-etapas-Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-e-Ensino-Fundamental-ISBN.pdf. Acesso em: 04 nov. 2023.

SILVA, R. G.; ALVES, K. M. C. V. Interrogações Queer ao currículo: subjetividades, diferença e educação. **Revista Fórum Identidades**. V. 32, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/15039/11373> . Acesso em 01 nov. 2023.